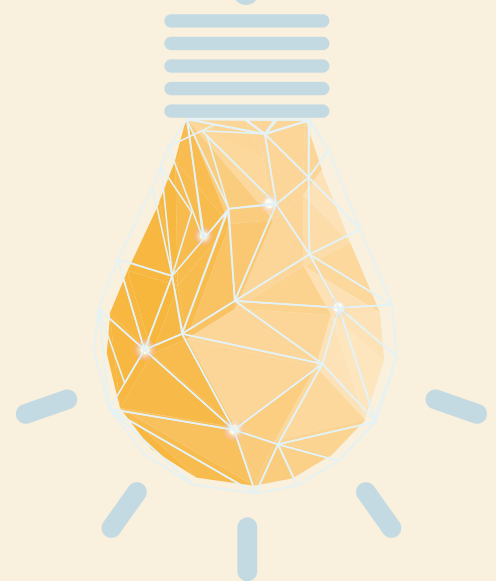


**INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Transtornos do Espectro Autista



Carolina Borba Vilar Guimarães

APRESENTAÇÃO

Ensinando a inclusão

As cartilhas que compõem esta coleção destinam-se a formar uma consciência mais do que a ensinar procedimentos pedagógicos. O projeto “Desenvolvimento e validação de material instrucional para a orientação de docentes do ensino superior nos processos de ensino a alunos com necessidades educacionais especiais” é disso uma boa comprovação. Claro, este é o seu objetivo mais imediato: facilitar rotinas pedagógicas na tarefa de incluir no todo da UFRN pessoas com necessidades especiais de aprendizados.

Coordenado pela professora Izabel Hazin, do Departamento de Psicologia, dele se poderia dizer que suas cartilhas se destinam a ensinar a ensinar. Porém, dizendo que elas pretendem formar consciência, quero ressaltar que ajudarão a consolidar uma política de inclusão que tem revelado resultados absolutamente animadores em nossa instituição.

Não tenho qualquer dúvida de que o seu lançamento – e a importância pedagógica que contém – vem ao encontro de marcantes realizações no contexto dos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, significando, afinal, um fruto concreto da política mencionada.

O esforço de que resultam é merecedor do nosso aplauso e do reconhecimento de todos. E não tenho dúvida de que a sua utilização tornará mais eficazes as rotinas pedagógicas no campo da inclusão, justificando a avaliação positiva que temos merecido nesta área.

Que venham outros materiais dessa mesma natureza no futuro. E que a política de inclusão aqui desenvolvida acolha mais e mais estudantes que, por serem pessoas com necessidades educacionais especiais, injustificada e irresponsavelmente eram mantidos à margem do estudo superior à falta de uma política efetiva e dos meios efetivos para praticá-la.

Profa. Dra. Ângela Maria Paiva Cruz

Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prefácio

A trajetória da inclusão em ambientes regulares de ensino constituiu-se enquanto realidade brasileira já na década de 1990. A partir desta data, Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes foram promulgadas. Tal conjunto de documentos oficiais busca garantir a igualdade, a equidade e o respeito à diversidade, sendo estes pilares centrais de uma perspectiva inclusiva.

Porém, tal movimento esteve em seus primórdios basicamente circunscrito à educação básica, apenas adentrando no âmbito das universidades nos últimos anos. A reivindicação das pessoas com necessidades especiais pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar o seu curso é hoje uma realidade para o ensino superior brasileiro.

A construção de uma universidade inclusiva exige uma revisão de conceitos e preconceitos, exige um reinventar dos espaços de aprendizagem. Trata-se de processo cuja pactuação precisa ser coletiva e constante. Para tanto, o primeiro passo na garantia deste direito é o conhecimento, é o reconhecimento da diferença, é o enfrentamento de suas idiosincrasias. A compreensão das diferentes necessidades especiais previstas em Lei é condição *sine qua non* para que gestores, professores, técnicos e estudantes participem da construção de rotas de aprendizagem e desenvolvimento diferentes daquelas denominadas típicas.

Buscando contribuir com este cenário complexo, o conjunto de cartilhas ora ofertado à comunidade universitária é produto de Edital da PROGRAD-UFRN, cujo objetivo foi a melhoria da qualidade de ensino no âmbito dos cursos de graduação. Idealizado pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN-UFRN) e pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE-UFRN), resultado da parceria de professores, pesquisadores e técnicos, oriundos de diferentes Departamentos da UFRN, este produto coletivo, tecido a muitas mãos, se apresenta como ferramenta de empoderamento do professor em sala de aula, auxiliando-o, durante o exercício do seu ofício, na tarefa nobre e cotidiana de lidar com a diversidade, em todas as suas nuances.

As cartilhas contemplam os domínios da Deficiência Visual, Surdez, Altas Habilidades, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtornos de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Saúde Mental. A estrutura de cada volume traz informações conceituais, dados legais, orientações didático-pedagógicas e links úteis.

Por fim, reflete-se acerca dos embates envolvidos no processo de diagnóstico. Apontado por muitos como rotulação, despersonalização e estigmatização, defende-se aqui que o grande desafio não está no diagnóstico em si, mas no uso que uma cultura faz dele. A defesa da diversidade de formas de existências qualitativamente diferentes, independentemente dos nomes que recebem, não passa necessariamente por transformar o humano numa vivência homogênea, mas sim, no reconhecimento de formas de ser e estar no mundo, formas de aprender e se desenvolver que seguem caminhos diversos.

Compreender o funcionamento idiossincrático destas formas de experiência é essencial para darmos os primeiros passos na direção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, pois não se inclui negando a diferença, se inclui ofertando espaços de aprendizagem que garantam a equidade.

Em tempos de ameaça à universidade pública, gratuita e de excelência para todos, este conjunto de cartilhas reafirma o nosso papel e compromisso com a ciência e com a sociedade. Fica o convite à leitura, ao enfrentamento e à transformação dos espaços universitários, garantindo plenamente, no chão da sala de aula, o direito garantido no papel aos estudantes. Direito que precisa ganhar corpo para poder dar asas àqueles que experienciam voos cujas rotas são distintas daquelas costumeiramente observadas.

Profa. Dra. Izabel Hazin

Professora do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRN)
Coordenadora Geral do Projeto

SOBRE A AUTORA

Carolina Borba Vilar Guimarães

Psicóloga formada (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui mestrado (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN/UFRN).

INFORMAÇÕES CONCEITUAIS

As desordens do espectro do autismo se referem a uma gama de condições caracterizadas por alterações nos âmbitos da comunicação, da interação social e do comportamento, sendo este marcado por repertório restrito de interesses e por atividades que são realizadas de forma repetitiva (OMS, 2017). Atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (em inglês, DSM-V), estabelece como nomenclatura oficial o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que abarca as desordens anteriormente relacionadas ao autismo, como Autismo Clássico e Transtorno de Asperger.

O TEA é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, devido ao seu início precoce no período do desenvolvimento e ao atravessamento no funcionamento global (cognitivo, comportamental, social, acadêmico ou profissional) do indivíduo (American Psychological Association, 2013). Além disso, o TEA pode vir acompanhado de condições comórbidas, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), as altas habilidades/superdotação, a deficiência intelectual e transtornos de humor, como depressão e ansiedade. Dificuldades comuns no TEA podem envolver dificuldades: na interação social recíproca; no estabelecimento e sustentação do contato visual; no engajamento em atividades coletivas; e na modulação e variação da expressão de afeto. Ademais, pode haver presença de comportamentos rígidos e isolamento social. Entretanto, O TEA é uma condição caracterizada como um espectro, logo, apesar de existirem características de base comuns aos indivíduos, ele é heterogêneo no que tange à manifestação e intensidade de sinais e características. Assim, cada pessoa com autismo tem um conjunto singular de características, fragilidades e potenciais (CZERMAINSKI [et al], 2015).

No tocante à etiologia do TEA, apesar da existência de diversas pesquisas e discussões, as conclusões não são ainda definitivas quanto à existência de uma causa ou origem linear definitivas para a condição. Entretanto, estudos atuais convergem para o apontamento da existência de alterações de cunho genético multifatorial, bem como alterações estruturais e funcionais em áreas específicas do sistema nervoso central (GILLET, 2014). Além disso, características comportamentais similares às presentes em indivíduos com TEA ocorrem também em pessoas com algumas síndromes genéticas, alterações metabólicas ou lesões cerebrais. Logo, o diagnóstico de TEA pode ser acompanhado de exames laboratoriais ou

de imagem para descartar outras condições. Apesar disso, o diagnóstico de TEA é eminentemente clínico e preferencialmente multidisciplinar, envolvendo avaliação especializada de médico neurologista ou psiquiatra, bem como avaliação psicológica, neuropsicológica, fonoaudiológica e de terapia ocupacional, dentre outras possíveis. Tal necessidade se faz devido ao caráter global do TEA, envolvendo alterações em diversos âmbitos do desenvolvimento (WHITMAN, 2015). Salienta-se que ao ser um transtorno de desenvolvimento, as características do TEA estão presentes desde o início da primeira infância, quando geralmente são detectadas. Assim, essa é fase da vida em que o diagnóstico é mais frequente. Porém, por questões culturais, familiares, de acesso a serviços, dentre outras, nem sempre o diagnóstico surge na infância e são comuns indivíduos que só o obtêm na fase adulta. Por conseguinte, é possível que um indivíduo passe pela infância e adolescência, bem como por toda sua vida escolar, atravessando dificuldades comuns a indivíduos com autismo sem associá-las a tal fato e sem obter a ajuda necessária (ATWOOD, 2007).

Ademais, tendemos a associar o TEA à infância, todavia a pessoa com autismo irá crescer e passar por todas as fases da vida com essa condição. No entanto, o autista na fase adulta não apresenta as mesmas características que havia na infância e adolescência. Estudos e depoimentos de autistas adultos sugerem que dificuldades de linguagem e socialização tendem a melhorar e diminuir, apesar de persistirem de outras maneiras, e as características de comportamento repetitivas e rígidas tendem a mudar, adaptando-se aos interesses da fase adulta (MAGIATI; TAY; HOWLIN, 2014).

As principais características do TEA (dificuldades de comunicação e interação social, comportamentos e interesses restritos e repetitivos) são relacionadas a alterações no perfil cognitivo e sensorial dos indivíduos. Tais alterações se dão principalmente em habilidades relacionadas à linguagem pragmática, ao funcionamento executivo, à função cognitiva relacionada à Teoria da Mente e a alterações sensoriais, sendo que estas variam de acordo com o perfil individual. Algumas características gerais comuns que podem estar relacionadas ao TEA no adulto são:

- Boa habilidade de percepção visual;
- Atenção a detalhes, especialmente visuais;
- Habilidade de manter foco prolongado em tópicos de interesse;
- Interpretação incorreta das intenções do outro, quando essas são indiretas ou em “entrelinhas”;
- Dificuldade em perceber informações por meio de linguagem corporal, assim como tom de voz ou expressões faciais, que podem configurar intenções implícitas;
- Compreensão literal de contextos (dificilmente notando metáforas, ironias, frases com duplo sentido ou informações implícitas);

- Dificuldade de entender os motivos ou percepções do outro;
- Dificuldade de pedir ajuda;
- Dificuldades de coordenação motora, havendo movimentos corporais não usuais e/ou gestos repetitivos (por exemplo: balançar o corpo ou as mãos);
- Foco em detalhes em detrimento do todo;
- Dificuldades de lidar com transições e mudanças em rotinas;
- Problemas com mudanças bruscas, surpresas ou imprevistos;
- Problemas com organização (incluindo iniciação, planejamento, continuidade e finalização de tarefas);
- Dificuldade com pensamento abstrato (havendo pensamento literal, com dificuldade de generalização);
- Sensibilidade não usual ao toque, sons e detalhes visuais, podendo experimentar sobrecarga sensorial;
- Dificuldade em iniciar e manter relações sociais;
- Contato visual pobre ou não usual (por exemplo: desviar o olhar com frequência ou sustentar o olhar de forma muito fixa);
- Problemas para compreender regras sociais (como espaço pessoal);
- Conversação e questionamentos que podem parecer tangenciais ou que são repetitivos;
- Interesses restritos que podem ser não usuais e virar tópicos rígidos de conversa;
- Entonação, volume e/ou ritmo não usuais da voz;

Tais características podem existir em maior ou menor medida, mas não necessariamente todas estão presentes para todos os indivíduos com TEA. Porém, é importante notar que elas fazem parte de um quadro maior que envolve uma percepção diferente do mundo, marcada por uma compreensão singular dos contextos e das regras sociais. Logo, conhecer tais características e saber associá-las corretamente evita interpretações errôneas de comportamentos.

DADOS LEGAIS

O TEA é uma condição permanente que atravessa o desenvolvimento global do indivíduo. Dessa forma, constitui uma maneira singular e qualitativamente diferente de ser e de estar no mundo. Essa diferença se traduz em uma forma peculiar de sentir, pensar, interagir, raciocinar e solucionar problemas, que pode ocorrer tanto em indivíduos com habilidades acima da média como naqueles com severo prejuízo nas habilidades cognitivas, configurando um entendimento diferenciado do mundo. Em sua singularidade, essas diferenças podem trazer maior ou menor prejuízo de funcionalidade no dia a dia. Diante disso, as orientações de saúde internacionais apontam para a necessidade de intervenções precoces, logo que surgem os primeiros sinais de risco, para que haja estimulação das habilidades quando existe atraso no desenvolvimento (motor, cognitivo ou social). Tal intervenção permite a possibilidade de aquisição e avanço nessas habilidades, levando o indivíduo a maiores possibilidades de adaptação e menor impacto de dificuldades. No entanto, a variabilidade da expressão do TEA leva a necessidades distintas de auxílio e suporte, que inclusive podem mudar nas diversas fases da vida do indivíduo. Dessa forma, algumas pessoas com autismo irão necessitar de maior suporte durante a vida, enquanto outras poderão ter um dia a dia com total autonomia ou com menor suporte, havendo também distinções quanto aos níveis de participação social.

Diante disso, em assembleia geral da ONU de 2012, foi unanimemente votada a resolução 67/82, que tratou as necessidades socioeconômicas de indivíduos, famílias, e sociedades afetadas pelo TEA, além de outras desordens do desenvolvimento. Na resolução foi reconhecido formalmente que o completo usufruto dos direitos humanos, bem como total participação na sociedade das pessoas com autismo resultará em avanços significativos no desenvolvimento social e econômico das sociedades e comunidades. O documento salienta ainda a importância do papel de ONGs e atores da sociedade civil na promoção desses direitos e na integração de pessoas com TEA. Nesse sentido, acrescenta que pessoas com autismo continuam enfrentando barreiras para sua participação social igualitária, tratando esse fato como sinal de discriminação e violação da dignidade e valor da pessoa humana. Assim, a assembleia estabeleceu a necessidade dos países membros da ONU tomarem medidas em relação a aspectos como pesquisas estatísticas relacionadas ao TEA, garantindo condições relacionadas à saúde, educação e promoção

de habilidades vocacionais para pessoas com autismo, entrando em acordo com a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2013).

No Brasil, em dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Foi a primeira lei participativa brasileira, escrita com participação de indivíduos diagnosticados e de pais de pessoas com autismo. A lei é conhecida popularmente como Lei Berenice Piana, em homenagem a Berenice, mãe de um indivíduo autista que esteve à frente do movimento pela existência da lei. A lei foi instituída como forma de proteção e garantia dos direitos de pessoas com autismo e seus familiares. Ela reconhece o indivíduo com TEA como pessoa com deficiência perante a lei, garantindo direitos referentes ao acesso à assistência, saúde, educação, moradia e trabalho. Assim, à pessoa com autismo ficam assegurados os direitos e obrigações previstos na legislação pertinente às pessoas com deficiência e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Em 2015, foi sancionada a lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A lei surgiu com propósito de assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, em condições de igualdade. A lei da Inclusão, como é popularmente conhecida, considera pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2012; 2015).

A prevalência de indivíduos com TEA vem aumentando no mundo inteiro. Até 2010, dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) norte-americano estimavam que a taxa de prevalência era de 1 indivíduo diagnosticado para 68. No ano de 2018, esse número caiu para 1 a cada 59 (CDC, 2018). No Brasil, até 2010, estimava-se que o número de pessoas diagnosticadas seria de 2 milhões de indivíduos. Nesse sentido, diante dos direitos assegurados por lei, que garantem maior acesso à saúde e educação, cada vez mais indivíduos com autismo tem chegado às escolas. Dados do Censo Escolar apontam que entre 1998 e 2006 houve crescimento de 146% das matrículas de alunos em escolas públicas com orientação inclusiva e de 64% em escolas privadas. Quanto ao Ensino Superior, em 2017 o Censo da Educação Superior apontou aumento de 20.530 para 38.272 de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação nas universidades entre 2009 e 2017. Desses, 378 tem diagnóstico de autismo infantil e 376 de Síndrome de Asperger (INEP, 2017). Tais dados reafirmam a importância da conscientização e do compartilhamento de conhecimento acerca do TEA, bem como realçam a relevância da formação docente sobre o tema.

ABRIL: O MÊS DO AUTISMO

Em dezembro de 2007, foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) o dia 2 de abril como Dia Mundial da Conscientização do Autismo. A demarcação da data comemorativa se deu no intuito de encorajar que países membros da ONU criem e ampliem medidas de conscientização e apoio a essa população. Desde o início da campanha, mais países vêm participando de ações globais e locais de apoio à pessoa com autismo, colocando o dia como parte da agenda de discussões. No Brasil, não só o dia 2, mas todo o mês de abril tem sido marcado por campanhas de conscientização na mídia, dando maior visibilidade à condição e aos indivíduos diagnosticados, que cada vez mais têm tido a chance de compartilhar experiências individuais que desmistificam e ajudam a compreender o TEA. Em Natal, no mês de abril, associações, empresas e centros de saúde fazem eventos esportivos, científicos e de divulgação que contribuem para o conhecimento sobre o tema e ajudam a arrecadar fundos para instituições sem fins lucrativos que apoiam essa causa.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Ao lidar com o indivíduo com TEA na educação, algumas percepções e mudanças de atitude facilitam a adaptação do aluno ao ambiente e, conseqüentemente, potencializam sua aprendizagem. Além disso, algumas acomodações e adaptações curriculares podem ser necessárias, dependendo das necessidades individuais de cada estudante. Elas podem ser feitas por meio de estratégias e recursos alternativos, no intuito de oferecer ao aluno oportunidades distintas de aprender e demonstrar seu aprendizado.

Antes do início das aulas

- Busque informações sobre o TEA e sobre o porquê de seu aluno ter características peculiares. Esta cartilha traz contribuições importantes e oferece ao final mais possibilidades de acesso a informações sobre o TEA;
- Se possível, contate o aluno anteriormente ao início das aulas, buscando estabelecer uma relação de confiança a fim de compreender sua condição e suas dificuldades e potencialidades;
- Certifique-se de que o aluno já contactou a Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), com o fim de ter o apoio e acompanhamento necessários;
- Para melhor compreensão do que você quer transmitir, dê informações claras e diretas, sem ironias ou duplo sentido, pois o indivíduo com TEA tem uma forma concreta e literal de pensamento;

- Sempre que possível, antecipe seus próximos passos (atividades a serem realizadas em cada aula; assunto da próxima aula; calendário de atividades do semestre), pois mudanças e transições podem ser difíceis para o indivíduo com TEA, especialmente se forem imprevistas, podendo gerar grande ansiedade e desregulação.
- Se for necessário fazer alterações no calendário de aulas, seja por imprevistos que exijam cancelamento ou adiamento, ou por uma necessidade operacional da disciplina, busque sempre que possível avisar com antecedência a turma e checar se o aluno com TEA obteve a informação;
- Antecipe informações importantes acerca dos conteúdos a serem passados, bem como das atividades avaliativas, com detalhes sobre o que será feito e quais os materiais necessários para sua realização (exemplo: se haverá provas ou seminários e se exigirão materiais específicos, como calculadoras ou computador);
- Como imprevistos acontecem e possivelmente uma aula pode precisar ser cancelada em cima da hora, apresente à turma e ao aluno essa possibilidade no primeiro dia de aula e, no caso de isso ocorrer, certifique-se de que o aluno tenha acesso a essa informação;
- Dê instruções claras e diretas e estabeleça regras previamente, bem como deixe claras as suas expectativas. Algumas informações podem parecer óbvias, mas contêm aspectos sociais implícitos. Logo, explicitá-las é essencial.

Durante as aulas:

- Seja explícito com as informações que você precisa que o aluno retenha, como procedimentos da aula, e repita essas informações. O indivíduo com TEA pode ter dificuldades na generalização de informações que outros adquirem por experiências passadas ou pelo senso comum. Isso ajudará o estudante a entender o sentido por trás de suas ações;
- Não utilize palavras absolutistas como sempre ou nunca a menos que seja exatamente o que você quer que aconteça (tendemos a utilizar tais termos coloquialmente, como “exagero”, mas eles podem ser tomados ao pé da letra no caso de pessoas com TEA);
- Dê informações de diversas maneiras sempre que possível – escritas e orais;
- Certifique-se de que o aluno compreendeu corretamente as instruções ou orientações dadas;

- Perceba que o aluno pode necessitar de rituais ou rotinas que o tranquilizem (exemplo: sentar no mesmo lugar sempre);
- Muitos indivíduos com TEA têm maiores habilidades e mais facilidade de aprender por vias visuais. Logo, use esquemas, imagens e vídeos visando ser eficiente quanto à aprendizagem;
- Note que alguns indivíduos com TEA têm sensibilidade aumentada a sons, odores e estímulos visuais, como luzes fortes. Momentos de debates, aumento do volume de vozes ou músicas altas podem ser bastante incômodos a eles. Porém, não somente isso: por vezes, barulhos que parecem triviais, como o som de um ventilador quebrado, ar condicionado com barulho comum ou mesmo o som de alguém batendo uma caneta na carteira podem ser extremamente incômodos;
- Em alguns momentos, o indivíduo com TEA pode demonstrar desconforto ou desregulação, aparentando ansiedade, repetindo falas ou fazendo movimentos repetitivos com o corpo (por exemplo: balançar as mãos ou o corpo). A desregulação pode ocorrer devido à sobrecarga sensorial, preocupação excessiva com um tópico, incompreensão de um contexto social, dentre outros. Oferte ao estudante a possibilidade de saída da sala de aula e de busca por um espaço calmo, ou se necessário, o atendimento e auxílio profissional na CAENE;
- Por vezes, o aluno pode ter dificuldade de expor suas ideias e dúvidas em sala de aula, em meio a todos os demais alunos. Por outro lado, é possível também que o aluno monopolize a aula, perguntando e trazendo suas opiniões de forma excessiva, inclusive fugindo ao tema ou aprofundando demais as discussões, de modo a impossibilitar o avanço da aula ou discussão. Nesse caso, dê instruções claras e diretas (como: você já trouxe sua opinião. Agora deixe outros falarem e opinarem também). Sinais não verbais como gestos e expressões faciais podem não ser suficientes para expressar tal necessidade;
- Ofereça a possibilidade de outro horário ou meio para o estudante tirar suas dúvidas, caso não as queira expor na aula, ou satisfazer curiosidades e necessidade de aprofundar seu conhecimento;
- Promova, com apoio dos demais estudantes, meios de o aluno expor suas ideias de forma calma, sem entrar em uma discussão, dado que a dificuldade em colocar-se no lugar do outro e perceber seu ponto de vista, junto à rigidez de pensamento, pode levar o estudante com TEA a ser inflexível em suas colocações e atitudes, dificultando negociar soluções de conflitos;

- Alguns estudantes com TEA poderão rejeitar temas ou tarefas fora de sua área de interesse (ex.: o tema são os jogos de computador e o aluno rejeita tudo não relacionado a isso). Nesse caso, explicita as expectativas e as mantenha firmemente no sentido de finalizar a tarefa, sendo claro que, para o objetivo final, certas regras devem ser seguidas (por exemplo: para criar um jogo, o estudante precisa passar por certos tópicos, aprendizados e disciplinas específicas);
- Por outro lado, veja a possibilidade de que o tópico de interesse do estudante possa ser transformado em potencial motivador ao ser integrado ao curso (ex.: ser relacionado à disciplina e virar tema de um artigo ou trabalho de conclusão de curso).

Material didático e referências bibliográficas

- Disponibilize com antecedência os matérias e textos a serem utilizados em sala de aula;
- Seja explícito sobre o que deve ser lido e utilizado e sobre o que se espera com o material;

Avaliações

A antecipação de acontecimentos e passos é importante na relação com o estudante com TEA em todos os momentos, pois traz conforto e diminui a ansiedade dele frente ao novo. Ela é também fundamental quanto às atividades avaliativas, que já estas são naturalmente ansiogênicas.

- Sempre antecipe datas, forma de avaliação, bem como os conteúdos que serão abordados;
- Em caso de necessidade de mudança, avise com antecedência;
- Use linguagem o mais literal possível, garantindo a compreensão do que é solicitado;
- Perceba que o estudante com TEA pode necessitar de maior tempo para realização de provas ou para entrega de trabalhos;

INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS NA UFRN

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE

Site: <http://www.proae.ufrn.br/>

Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência – CAPAP:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;
Telefone: (84) 3215-3309 / 3312

Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante – CASE:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;
Telefone: (84) 3342-2278 – Ramal: 7

Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE

Localização: Centro de Convivência Djalma Marinho

Telefones: (84) 3342-2232 / (84) 99480-6834

E-mail: inclusao@reitoria.ufrn.br

Site: www.caene.ufrn.br

Núcleo de Apoio ao Discente – NADIS - CCSA

Localização: Campus Central da UFRN - NEPSA I

Telefone: (84) 3342-2288 – Ramal: 110 / (84) 99474-6756

E-mail: nadisccsa@gmail.com

Central de Atendimento ao Discente - CADIS (Relógio do Sol)

Localização: Campus Central da UFRN - Relógio do Sol

Telefone: (84) 3342-2278 - Ramal: 6

e-mail: assuntos_estudantis@reitoria.ufrn.br

Curso de Licenciatura em Letras-Libras/LP

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA)

E-mail: coordletras.cchla@gmail.com

Telefone: (84) 3342-2220 – Ramal:2

Comitê dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa da UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Departamento de Letras UFRN

E-mail: coordtils@gmail.com/ secletras@cchla.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2220 - Ramais: 200 e 201 / 9474-6717

Laboratório de Tecnologia Educacional do Centro de Educação UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Educação

E-mail: lte@ce.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2270

Site: <http://lte.ce.ufrn.br/>

Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Localização: Biblioteca Central Zila Mamede

Telefone: (84) 3342-2260 (opção 4 + opção 6)

E-mail: l.acessibilidade@gmail.com

Site: <https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/>

Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA

Localização: Campus Central da UFRN

Telefone: (84) 3342-2234

Site: <https://ufrnsepa.wordpress.com/>

LINKS ÚTEIS

Associação Brasileira de Autismo

<http://www.autismo.org.br/site/>

Site da organização Autism Speaks

Organização americana que tem maior site mundial sobre o TEA, com informações sobre o TEA em todos os âmbitos do desenvolvimento desde a infância até o envelhecimento.

<https://www.autismspeaks.org/>

Site da OAR (Organization for Autism Research)

A OAR disponibiliza um vídeo com áudio em inglês sobre a vida acadêmica do aluno adulto com síndrome de Asperger, incluindo dicas e orientações sobre o que fazer em sala de aula. Existe a possibilidade de assistir com legendas em inglês.

<https://researchautism.org/resources/understanding-asperger-syndrome-a-professors-guide/>

Guia rápido sobre estudantes com TEA do Centro de pesquisas em autismo da Indiana University Bloomington e artigo estendido da mesma universidade

<https://www.iidc.indiana.edu/styles/iidc/defiles/IRCA/AcademicSupportsOct2018acc.pdf>

<https://www.iidc.indiana.edu/pages/academic-supports-for-college-students-with-an-autism-spectrum-disorder>

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-V. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

ATTWOOD, T. **A síndrome de Asperger**: Um guia para pais e profissionais. Lisboa: Editora Verbo, 2007.

ATTWOOD, T The complete guide to Asperger's Syndrome. Jessica Kingsley Publishers. Philadelphia: Pennsylvania. 2007.

BRASIL. Censo da Educação Superior. INEP. 2017.

BRASIL (2013) LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Lei Berenice Piana. Brasília DF: Presidência da República, 2012. 3 p.

BAIO, J., WIGGINS, L., CHRISTENSEN, D.L. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 years: Autism and developmental disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2014. MMWR Surveill Summ. 2018.

CZERMAINSKI, F. R., BOSA, C. A., SALLES, J. F. **Funções executivas em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo**: Uma revisão. PSICO, 44, p.518–525. 2013.

GENERAL ASSEMBLY RESOLUTION 67/82., *Addressing the socioeconomic needs of individuals, families and societies affected by autism spectrum disorders, developmental disorders and associated disabilities*, A/RES/67/82. 2012.

GILLET, P. **Neuropsicologia do autismo na criança**. Edições Piaget, Lisboa. 2014.

MAGIATI, I., TAY, X.W., HOWLIN P. Cognitive, language, social and behavioural outcomes in adults with autism spectrum disorders: a systematic review of longitudinal follow-up studies in adulthood. *Clin Psychol Rev.*;34 (1):73-86. 2014.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do autismo**. MBooks do Brasil Editora Lmted, São Paulo. 2015.

WHITE, S. W.; OLLENDICK, T. H.; BRAY, B. C. **College students on the autism spectrum, Prevalence and associated problems**. Autism. Advance online publication. 2011.

VANBERGEIJK, E.; KLIN, A.; VOLKMAN, F. Supporting more able students on the autism spectrum: College and beyond. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 38, 1359-1370. 2008. Disponível em: <https://www.iidc.indiana.edu/pages/academic-supports-for-college-students-with-an-autism-spectrum-disorder>
<https://www.umassd.edu/dss/resources/faculty--staff/how-to-teach-and-accommodate/how-to-teach-autism-spectrum/>. Acesso em: 07 mar. 2019.



FICHA TÉCNICA

Projeto	Edital N° 02/2018 – Projeto de Apoio à Melhoria na Qualidade do Ensino de Graduação (PAMQEG)
Recursos	Fundo Acadêmico de Ensino de Graduação
Pró-reitora de Graduação	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá
Título	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Autora	Carolina Borba Vilar Guimarães
Coordenação editorial	Sarah Lima
Revisão de Língua Portuguesa e de Estrutura	Jéssica Santos de Oliveira
Capa, Projeto gráfico e Diagramação	Amanda Marques
Formato	E-book PDF
Tipologia	Montserrat e Avenir
Local e data	Natal (RN), 2019



Depsi

